



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado do Paraná

Ofício nº 052/2024

Ivaté-PR., 10 de maio de 2024.

Prezados senhores,

Estamos enviando os documentos exigidos no art. 6º da Portaria nº 1.495, de 02 de agosto de 2023 e demais documentos de orientação elaborados pelo Ministério de Educação sobre a definição da Política de Educação em Período Integral neste município, para a declaração das matrículas anteriormente pactuadas.

Ressalte-se que este município não tem ainda o sistema de ensino próprio, continuando vinculado ao sistema estadual de ensino do Paraná.

Destarte, a organização dos projetos pedagógicos para a educação em período integral atende as normas emitidas pelo Conselho Estadual de Educação e as demais normas orientadoras da Secretaria de Estado de Educação, uma vez que para iniciar as atividades desta modalidade de ensino é necessária a autorização legal do Núcleo Regional de Educação.

Estão em anexo as decisões de aprovação pelo Conselho Municipal de Educação e Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação e o Decreto do Executivo sobre a aprovação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral.

Atenciosamente,

Fabiana Paula Bidoia Angelo
Secretária Municipal de Educação
Portaria n.º 277/2022



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ

CNPJ Nº 95.640.553/0001-15

Av. Rio de Janeiro, 2758 - Município de Ivaté - Estado do Paraná

CEP 87525.000 - Fone/Fax: 44-3673-8000

e-mail: gabinete@ivate.pr.gov.br

DECRETO Nº 087/2024

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Ivaté.

O Prefeito do Município de Ivaté, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de aprovação de uma Política para ampliação da Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal de ensino,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a aprovação e implantação da Política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Ivaté.

Art. 2º Fica aprovado o documento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, em anexo, denominado de Política de Educação Integral em Tempo Integral, o qual foi devidamente aprovado, em reuniões específicas, pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal do Fundeb.

Art. 3º A administração municipal, através de todos os seus órgãos, deverá prestar toda a assistência necessária para o desenvolvimento do projeto de expansão da educação integral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, aos 13 dias do mês de junho do ano de 2024.


MISAEL ALVES DA SILVA
Prefeito em exercício

POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

I – INTRODUÇÃO

A Escola em Tempo Integral tem como base a concepção de educação como um direito fundamental, visando a formação integral do aluno. O sujeito é visto como um ser integral, cujas necessidades vão além do mero aprendizado acadêmico. A formação integral considera o desenvolvimento cognitivo, emocional, social, físico e cultural do aluno. O foco está em proporcionar experiências educativas diversificadas que contribuem para a formação de um cidadão crítico, participativo e consciente de seu papel na sociedade.

A concepção de educação integral nas escolas que adotam esse programa reconhece o aluno como um ser completo. Atividades extracurriculares, como esportes, artes, música, e projetos sociais, são incorporadas ao currículo para promover um desenvolvimento holístico.

O ensino em tempo integral vai muito além de otimizar as horas disponíveis, ampliando o tempo que os alunos passam na escola. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação em tempo integral visa à formação e ao desenvolvimento global dos estudantes durante a Educação Básica.

Com o planejamento da rotina, a organização para o estudo e a concentração de todas as atividades em um só local, a criança pode participar de diversas experiências enriquecedoras com praticidade e segurança.

Além disso, o aluno que tem a oportunidade de estudar nesse projeto pedagógico pode usufruir de um período maior no ambiente escolar e, conseqüentemente, receber um auxílio pedagógico específico, sanar dúvidas disciplinares e trabalhar suas dificuldades acadêmicas na própria escola. Como consequência, há uma tendência de melhora do rendimento em sala de aula, além do desenvolvimento da autonomia e do autoconhecimento.

Diretrizes da Educação Integral em Tempo Integral

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), em sua meta 06, estabelece a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das

escolas públicas para atender, pelo menos, 25% dos estudantes da Educação Básica. Segui abaixo alguns marcos legais do ETI – Educação em Tempo Integral:

- Lei nº 14.640/2023, de 31 de julho de 2023, a qual marca sua instituição e determina sua coordenação pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC;

- Portaria nº 1.495/2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em tempo integral e dá outras providências.

- Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, a qual define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da Educação Integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do programa.

- Deliberação nº03/2023 – CEE/PR – Estabelece as normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

O ETI tem a finalidade de fomentar a criação de matrículas em tempo integral, na perspectiva da Educação Integral, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, com qualidade e equidade no acesso, na permanência e na trajetória escolar. No âmbito legal, os pilares da proposta de Escola em tempo integral estão sustentados na visão de ser humano e de sociedade que emana do artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394 de 1996) e dos artigos 3º e 205 da Constituição Federal. A perspectiva de Educação Integral pressupõe uma concepção de Educação da própria natureza humana e, portanto, não é restritiva à questão do cognitivo, mas está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das demais potencialidades humanas, ou seja, considera a pessoa em sua multidimensionalidade – cognitiva, física, social, emocional, cultural e política – a partir da integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e diversificação das experiências e interações sociais. Essa concepção de educação integral pressupõe a conexão da escola com o território, visando ao reconhecimento, à valorização e à mobilização dos diferentes saberes e das práticas socioculturais vivenciadas no seu entorno. Para que a perspectiva da Educação Integral seja contemplada, o ETI convoca as redes para a extensão da jornada escolar com tempo igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais.

A secretária Municipal de Educação será responsável por orientar e dar suporte na implantação da Escola em tempo Integral.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As Características e Expectativas da População a ser Atendida a da Comunidade na qual se Insere

Os últimos tempos devido as grandes revoluções da tecnologia, a informatização, a crise econômica do capitalismo, as mudanças na política, na economia, a globalização, o mundo, tornou-se mais complexo.

Os processos são muito dinâmicos e, portanto, sofrem várias transformações. Todos os indivíduos estão sujeitos a essa série de mudanças, o mesmo ocorre com a educação brasileira.

O Estado do Paraná através da SEED e NRE tem trabalhado diretamente com as escolas, com objetivos de ajudar, colaborar e elaborar planos de trabalho que venham ao encontro das necessidades da escola rumo a uma educação de qualidade. Nos últimos anos, o Paraná avança muito em relação à organização e valorização do currículo das escolas, através de discussões oriundas de Encontros, da produção de materiais didáticos através do Programa de Desenvolvimento da Educação, seminários, NRE itinerante, Grupo de Trabalho em Rede, Grupos de Estudos, Jornada Pedagógica – envolvendo professores pedagogos e gestores.

O Estado passa a investir mais na capacitação dos docentes. Isto, junto com ampliação do quadro de professores efetivos através de concursos públicos, promoveu na escola um processo de decisões coletivas envolvendo todos os trabalhadores da educação, valorizando a permanente discussão e análise da prática educacional desenvolvida nas mesmas. Esta prática educacional aponta como base a concepção histórico-crítica para direcionar o trabalho pedagógico.

Analisando e avaliando os anseios de alguns pais, pode-se observar que eles também almejam um ensino de qualidade para os seus filhos, pois pensam que através da escola seu filho vai desenvolver o saber e tornar um cidadão mais crítico. Entendem que a educação é uma condição essencial para mudar sua realidade.

A educação é um dos meios mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, partindo desse pressuposto de que a educação é determinante para mudar a realidade dos nossos alunos, os professores da nossa escola têm como objetivo ser mediadora, facilitadora e articuladora do conhecimento, provocando no aluno a aprender a partir de seus próprios questionamentos avançar no ensino-aprendizagem. Devido isso, a escola tem avançado a cada ano no ensino aprendizagem

consequentemente nos índices do IDEB, comparando e analisando os dados registrados, podemos observar que a escola vem obtendo avanços expressivos, quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, embora estejamos longe de uma escola de ensino de qualidade e equidade, das metas estabelecidas. Sendo assim a equipe gestora, e professores vêm a cada dia mais se comprometendo com o aprendizado dos alunos, fazendo cursos de aperfeiçoamento, promovendo estratégias na organização do trabalho pedagógico a fim de nortear e melhorar as práticas pedagógicas em sala de aula, com objetivo de atingir os patamares mais levados e metas estabelecidos na escala do IDEB.

É assegurado no Art. 12, VI e VII, da LDB, que as instituições educativas devem se articular criando mecanismos de integração da sociedade com a instituição.

Conhecer as famílias e os diferentes segmentos da comunidade da qual a instituição faz parte permite antever e planejar que relações são importantes e como desenvolver formas de colaboração entre os mesmos. Esse conhecimento das famílias e da comunidade também influencia nas decisões e na organização dos diferentes modos de compartilhamento dos espaços e das ações conjuntas.

Em relação à aprendizagem, devido um trabalho realizado do Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida que institui o Programa de Evasão Escolar, diminuiu significativamente a evasão e as faltas na escola, levando assim o educando obter maior rendimento à sua aprendizagem.

Uma parte dos pais de nossos alunos possui baixa escolaridade, mas são pais que se preocupam com o ensino-aprendizagem dos filhos, assim sendo os mesmos são comunicados e convocados para reuniões à acompanharem o rendimento escolar de seus filhos durante o ano todo.

Nessas visitas a escola passa para os pais orientações quanto ao melhoramento das aulas, a importância de sua participação e apoio à escola, incentivamos os pais a elogiar as boas ações dos filhos.

A escola também promove a participação dos pais com gincanas: dia dos pais, dia das mães, dia das crianças.

Assim, a vida na escola deve funcionar com base na relação pais-educadores-crianças. O bom relacionamento entre esses três personagens é fundamental durante o processo de inserção da criança na vida escolar, além de representar a ação conjunta rumo à consolidação de uma pedagogia voltada para a infância.

Separar o que é dever dos pais e o que é dever do professor pode significar a perda de momentos riquíssimos na formação dessa criança que, em alguns casos, poderão jamais ser vivenciados novamente e causar danos em sua vida para sempre.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

As Escolas Municipais desempenham um papel crucial na comunidade, especialmente considerando a diversidade de contextos socioeconômicos, educacionais e culturais presentes entre os habitantes. Nesse ambiente, a escola tem o desafio e a responsabilidade de promover não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento social e pessoal dos alunos, preparando-os para uma participação ativa e consciente na sociedade.

Com uma comunidade que abrange desde analfabetos até pessoas com ensino superior, a escola enfrenta a missão de proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de seu histórico familiar e social. Isso requer não apenas o ensino dos conteúdos curriculares, mas também a promoção da valorização da diversidade, incentivando o respeito mútuo e a compreensão das diferentes realidades presentes na comunidade escolar.

A situação socioeconômica das famílias, com renda variando de 1 a 2 salários mínimos e a presença significativa de programas sociais como o Bolsa Família, evidencia a importância de uma abordagem sensível às necessidades básicas dos alunos e suas famílias. A escola pode desempenhar um papel de apoio ao desenvolvimento integral dos estudantes, oferecendo não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também orientação e suporte para questões sociais, emocionais e familiares.

Embora a participação dos pais na vida escolar dos alunos ainda possa ser aprimorada, é compreensível que muitos estejam ocupados com o trabalho e outras responsabilidades. Nesse sentido, é importante que a escola adote estratégias para envolver as famílias de maneira mais efetiva, valorizando sua contribuição e buscando parcerias que fortaleçam a relação escola-comunidade.

Ao reconhecer e atender às particularidades e desafios da comunidade local, a Escola pode cumprir seu papel de forma mais eficaz, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma sociedade mais

justa, igualitária e inclusiva.

O Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM, procura avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber:

a) emprego, renda e produção agropecuária;

b) educação;

c) saúde. Na construção do índice da dimensão Saúde são usadas as variáveis: número de consultas pré-natais; óbitos infantis por causas evitáveis, e óbitos por causas mal definidas.

Na educação, as seguintes variáveis: taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono escolar (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); taxa de distorção idade-série (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); percentual de docentes com ensino superior (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); resultado do IDEB (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano e 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano). E na dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária as variáveis relacionadas ao salário médio, ao emprego formal e à renda da agropecuária.

Tabela 1. Informações Gerais.

População Censitária Total (IBGE via IPARDES/2010)	7.514 Habitantes
Grau de Urbanização (IBGE/2010)	30,3%
Renda Média Domiciliar Per Capita (IPARDES/2010)	RS 553,21
Densidade Demográfica (IPARDES/2019)	18,29 (Hab/Km²)
Nº de Domicílios Total (IBGE/2010)	Urbanos - 1.948, Rurais - 945
Produto Interno Bruto Per Capita (IPARDES/2017)	RS 24.078
População Economicamente Ativa (IBGE/2010)	3.618

Gráfico 1. Índices Municipais.

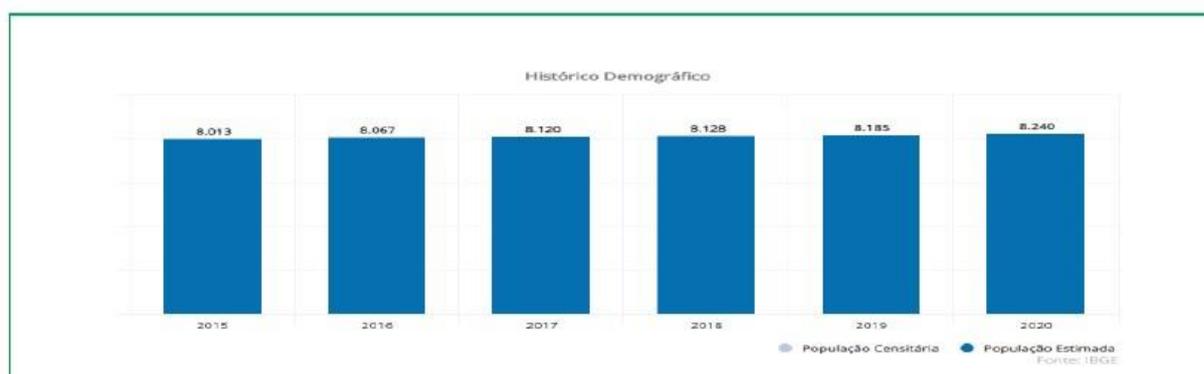


Gráfico 2. Índice Iparades de Desempenho Municipal.



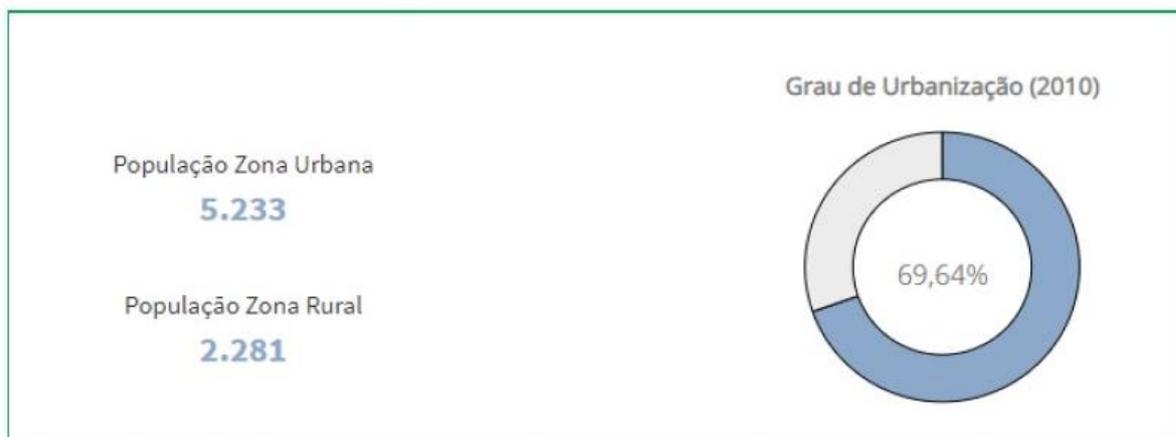
Histórico Demográfico Apresenta a evolução do número de habitantes de uma localidade, considerando os dados do último Censo e estimativas anuais realizadas pelo IBGE.

Gráfico 3. Histórico Demográfico.



Grau de Urbanização Indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida pelas administrações municipais. Fonte: IBGE via IPARDES (BDE)

Gráfico 4. Grau de Urbanização.



Trabalho e Rendimento Em 2018, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 307 de 399 e 240 de 399, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2678 de 5570 e 1940 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 279 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 4562 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Tabela 2. Trabalho e rendimento.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2018)	3,0 salários mínimos
Pessoal ocupado (2018)	3.027
População ocupada (2018)	35,5%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo (2010)	26,5%

Fonte: IBGE

Índice De Aproveitamento Escolar

Para aferir a qualidade de cada Instituição Educativa e Redes de Ensino, o Ministério da Educação - MEC, criou em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Este indicador, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudo

e Pesquisas Educacionais - INEP busca representar a qualidade da educação a partir da observação de dois aspectos: o fluxo (progressão ao longo dos anos) e o desenvolvimento dos alunos (aprendizado). O município tem avançado, consideravelmente, tanto nas metas projetadas como no IDEB observado, conforme tabela abaixo.

Resultado do IDEB

NÍVEL	IDEB – OBSERVADO						
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,7	6,4	5,9	6,3	5,9	6,6	6,4

NÍVEL	IDEB- METAS PROJETADAS						
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4.0	4.2	4,5	4,8	5,1	5.4	6,5

O bom desempenho obtido no resultado do IDEB demonstra o comprometimento com o Projeto Político Pedagógico - PPP da Secretaria Municipal de Educação.

Prova Paraná

A Prova Paraná é um instrumento de avaliação diagnóstica elaborado com o objetivo de identificar as dificuldades apresentadas, bem como, as habilidades já apropriadas pelos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem. Em 2023, foram realizadas duas edições as quais foram avaliados os conhecimentos referentes as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A SEED disponibiliza para a Secretaria Municipal de Ivaté, assim como para as demais secretarias os instrumentos de avaliação impressos e também um aplicativo de celular para correção dessas provas.

Para que ocorra um bom desempenho de seus educandos a Escola Municipal Herculândia - Ensino Fundamental, através da união e comprometimento da direção, equipe pedagógica, professores e agentes educacionais, a Escola realiza um trabalho com simulados que são disponibilizados aos professores para serem trabalhados antes da realização de cada edição da prova, a fim de contribuir para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, a prática do professor e conseqüentemente os resultados das avaliações realizadas.

A Escola seguiu o cronograma de aplicação de cada Edição da Prova Paraná

e todas as orientações disponibilizadas em documentos como critérios, normas, data e horários estabelecidos e descritos em documento para segurança e melhor desempenho de seus educandos sendo está uma ferramenta para que o professor, equipe gestora da escola, Secretária Municipal de Educação e sua equipe elaborarem a partir de evidências, ações de melhoria da aprendizagem.

Quadro de Resultado das Edições da Prova Paraná de 2023 da Escola Municipal professor Walter Bergman:

Prova Paraná			
Resultados/acertos	1ª Edição	2ª Edição	3ª Edição
Português	70,19%	59,73%	59,62%
Matemática	48,40%	54,91%	65,54%
Ciências Naturais	66,97%		
Geografia	38,51%		
História	55,41%		

Quadro de Resultado das Edições da Prova Paraná de 2023 da Escola Municipal Herculândia:

Prova Paraná			
Resultados/acertos	1ª Edição	2ª Edição	3ª Edição
Português	76,74%	54,17%	54,78%
Matemática	52,08%	49,31%	61,40%
Ciências Naturais	69,75%		
Geografia	36,81%		
História	50,00%		

Prova de Fluência

A prova de fluência para o 2º ano do Ensino Fundamental - anos iniciais, é uma avaliação que tem como objetivo verificar a capacidade dos alunos em ler textos com fluência, compreensão e entonação adequadas para a sua faixa etária. Geralmente, as provas de fluência envolvem a leitura de palavras isoladas, frases e pequenos textos.

Aqui estão alguns exemplos de tipos de atividades que podem ser incluídos em uma prova de fluência para alunos do 2º ano do Ensino Fundamental I:

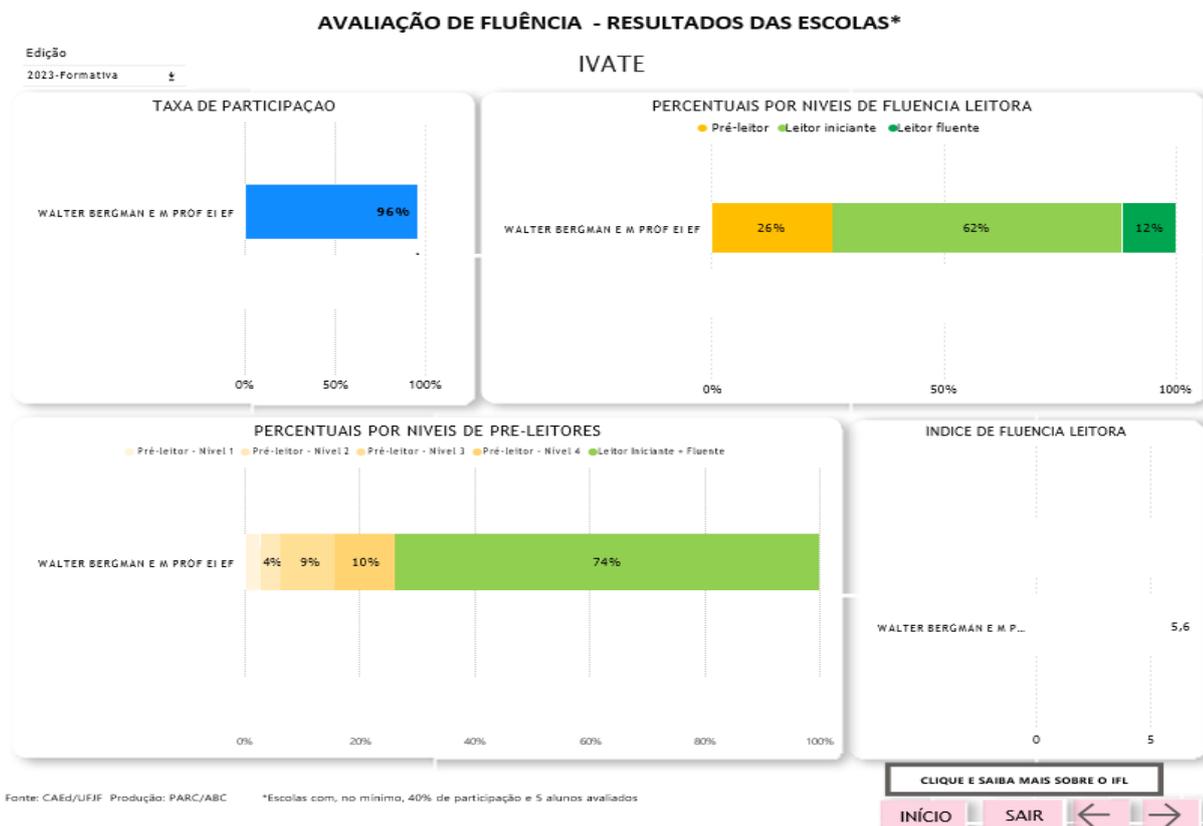
- **Leitura de palavras isoladas:** Peça ao aluno para ler uma lista de palavras em voz alta. Isso pode incluir palavras com diferentes níveis de complexidade, desde palavras simples até palavras um pouco mais desafiadoras.

- **Leitura de frases:** Apresente ao aluno algumas frases curtas e peça que ele leia em voz alta. Certifique-se de que as frases sejam apropriadas para o nível de leitura do 2º ano.

- **Leitura de um pequeno texto:** Forneça um texto curto e apropriado para a idade do aluno e peça que ele o leia em voz alta. Após a leitura, você pode fazer algumas perguntas para verificar a compreensão do texto.

- **Leitura com entonação:** Avalie a capacidade do aluno de ler com entonação apropriada, ou seja, de dar ênfase a palavras-chave e usar a pontuação para guiar a leitura de forma fluente.

É importante que a prova de fluência seja projetada para ser uma atividade de baixa pressão, de modo que o aluno se sinta à vontade para demonstrar suas habilidades de leitura. Além disso, o objetivo principal é avaliar o progresso do aluno e identificar áreas que possam precisar de aprimoramento. É sempre útil fornecer feedback construtivo após a avaliação para ajudar o aluno a melhorar suas habilidades de leitura.



EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL

Jean Piaget (2006) que afirma que educar é adaptar o indivíduo ao meio social ambiente (p.154). Logo, a escola moderna deve ser capaz de conciliar e utilizar, tanto as tendências próprias que a fase infantil apresenta quanto à atividade espontânea que é inerente ao desenvolvimento mental para auxiliar as crianças a desenvolverem seu potencial, sem que se crie, com isso, um sistema de exclusão ou de seleção.

Para Piaget, a escola ativa deve fazer com que os infantes se interessem e queiram tudo o que façam, ou seja, deve mobilizar a criança para a ação e não a manipular.

Neste sentido, a escola deve assumir valores, que estimulem a autonomia dos alunos; os orientem para o respeito a si mesmo e aos demais; para a solidariedade e para o compromisso com os mais frágeis. Além disso, que os prepare para respeitar a natureza; ser sensíveis ao multiculturalismo e fazer o que estiver ao seu alcance para trabalhar pela paz e pela igualdade entre os povos e as pessoas.

A Escola deve modificar-se para oferecer aos alunos as ferramentas necessárias para que estes tenham um desenvolvimento humano, sendo capazes de atuar positivamente na sociedade em que estão inseridos.

A Escola deve oferecer situações escolares que favorecem a formação de esquemas de ações e de interações relativamente estáveis e que, por um lado, possam ser transpostas para outras situações comparáveis, fora da escola ou após a escolaridade.

Uma educação por competências começa a ser construída quando a escola assume que os conteúdos disciplinares devem fazer, antes de tudo, sentido para seus alunos. Assim, trazendo a realidade dos estudantes para a sala de aula e relacionando-a aos conteúdos disciplinares – conforme também sugere Piaget ao afirmar que a escola deve adaptar-se à criança – obter-se-á, com maior facilidade, a participação e intervenção dos alunos rumo à construção e organização de seus conhecimentos, promovendo os debates e a cooperação entre os membros do grupo, uma vez que, cada um poderá expor seus pontos de vista a partir das experiências de vida que possuem. Mudando-se as práticas, mudar-se-á também o papel do aluno em sala de aula.

Nossa instituição de ensino cria um ambiente de acolhimento que dê segurança e confiança, e que garantam alguns aspectos, dentre estes: experimentar e utilizar os

recursos de que dispõem para a satisfação de suas necessidades essenciais; familiarizar-se com a imagem do próprio corpo; interessar-se progressivamente pelo cuidado com o próprio corpo, executando ações simples relacionadas à saúde e higiene. Quanto ao conteúdo, asseguramos: reconhecimento progressivo do próprio corpo e das diferentes sensações e ritmos que produz; identificação progressiva de algumas singularidades próprias e das pessoas com as quais convive no seu cotidiano em situação de interação; realização de pequenas ações cotidianas ao seu alcance para que adquira maior independência; participação em brincadeiras de esconder e achar e de imitação; participação e interesse em situações que envolvam a relação com o outro, dentre outras.

O educar, significa o favorecimento de situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada, a fim de que possam contribuir para o desenvolvimento e relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Portanto, aprender e ensinar são processos inseparáveis. Ensinar de forma democrática exige o compromisso para que haja a aprendizagem e o entorno do aluno. O grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais dos alunos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos. Segundo Vygotsky (1995), “a aprendizagem é um processo histórico, fruto de uma relação mediada que possibilita um processo interno, ativo e interpessoal.”

O professor deve refletir de forma crítica sobre a sua práxis pedagógica, traçando metas e estratégias para que o ensino seja contextualizado e carregado de significado para que a aprendizagem seja eficaz. Também devem ser levados em conta os desafios que esses alunos, como cidadãos, enfrentarão no futuro. A escola não pode ser vista nos dias atuais como uma instituição em que as crianças aprendem a ler, a escrever e a calcular, mas deve ser vista como lugar onde os seus saberes são ampliados, vários conhecimentos são agregados e lhe são oportunizados a interpretação de textos, a habilidade de comunicar-se oralmente e o domínio de

diversas áreas que lhe serão úteis durante sua vida, acompanhando as constantes mudanças da sociedade.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Em 2023, a Secretaria Municipal de Educação realizou a adesão do Programa Escola em Tempo Integral, com o objetivo de cumprir a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014 – como meta (Meta 6) para que “crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira” (BRASIL, 2014).

O atendimento em tempo integral, dar-se-á em Atividades de Ampliação de Jornada Escolar, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, organizadas em forma de oficinas diversificadas e articuladas com os conhecimentos e habilidades trabalhadas nos componentes curriculares Comum Referencial Curricular do Paraná, com uma proposta pedagógica integrada, que contemple atividades com acompanhamento pedagógico, aprofundamento da aprendizagem por meio de diferentes experiências educativas, sociais, culturais e esportivas em espaços dentro e fora da escola e com a participação da comunidade escolar. Esta ampliação do tempo tem por objetivo, ainda de acordo com a Lei, proporcionar um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem.

DEFINIÇÃO DE ESTRUTURA E EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA

A escola de Tempo Integral terá o apoio das seguintes funções e equipes profissionais:

- Equipe de gestão e Equipe Técnica Pedagógica da SME Secretaria Municipal de Educação;
- Direção, Coordenadores pedagógicos e administrativos;
- Professores das oficinas;
- Assessoria Pedagógica e Equipe Técnica do NRE – Umuarama;

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

“Educação é fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é ela própria, um processo de trabalho” (Saviani, 1992, p. 19).

É através da Educação que ele constrói a sua cidadania e interage com o meio, com o outro, e, poderá ou não, transformar a sua vida e sociedade. A educação é o instrumento mediador entre o senso comum e o conhecimento científico, mais atualmente também no sentido de despertar a sensibilidade e a criatividade a fim de construir um ser completo, crítico e pensante, possibilitando um crescimento individual e coletivo. Cabe aos educadores, neste momento, buscar novos caminhos para a Educação, desmistificando e desvendando a ideologia presente para torná-la um instrumento real de construção e transformação do indivíduo e da sociedade.

A formação continuada é essencial para o seu crescimento constante como profissionais como cidadãos e como pessoas, “Na busca da educação continuada é necessário ao profissional que acredita que a educação é um caminho para a transformação social” Behrens (1996). Assim, sendo a formação continuada constitui um dos aspectos fundamental da valorização dos profissionais da educação.

Entendemos que a educação é atualização histórica cultural dos indivíduos, é preciso que a escola concorra para a formação de cidadãos atualizados, capazes de participar de forma ativa, crítica e transformadora.

Cabe aos educadores, neste momento, buscar novos caminhos para a Educação, desmistificando e desvendando a ideologia presente para torná-la um instrumento real de construção e transformação do indivíduo e da sociedade.

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

A educação tem lugar de destaque no desenvolvimento humano, a democratização de sua oferta representa oportunidades de domínio de todos os recursos que permitem a todas as pessoas usufruírem de uma sociedade educativa.

Dessa forma, a educação brasileira está sendo beneficiada pelos avanços firmados, nas últimas décadas, desde o compromisso assumido na Carta Constitucional de 1988, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, em 1996, a vigência da Base Nacional Comum Curricular, dentre outros movimento a nível mundial e nacional. Esses compromissos provocaram mudanças, inovações, propostas significativas, traduzidos na Política Educacional na esfera federal, estadual e municipal, com o objetivo de promover o acesso, a permanência e a aprendizagem bem sucedida dos alunos da rede.

O contexto sócio-político exige, cada vez mais, a ampliação de oportunidades educacionais, permitindo que as urgências prementes sejam compartilhadas por todos em um mesmo espaço, que possibilite trocar experiências, confrontar conceitos e discutir temas comuns. Esse é o novo desafio da Educação Brasileira, a construir uma escola de qualidade, em que os alunos, sujeitos do processo educativo, possam encontrar espaço efetivo para o desenvolvimento pessoal e coletivo na perspectiva democrática.

Atualmente, a questão da ampliação da escola em tempo integral está sempre em pauta, quando o assunto é melhoria do educação, pois ampliar o tempo de permanência na escola equivale a criar as condições de tempo e de espaços para materializar o conceito de formação integral, desenvolvendo as potencialidades humanas em seus diferentes aspectos: cognitivos, afetivos e socioculturais. Essa ampliação possibilita a efetivação de novas atitudes, tanto no que se refere à cognição como a convivência social.

A concepção de educação integral evidencia a exigência, a pressão e a luta constante pela democratização da educação, para uma escola universal de qualidade, que considere o acesso a todos os recursos culturais, às mais diversificadas metodologias dos processos de ensino e de aprendizagem e, também, à utilização das novas tecnologias como respeito à condição humana e sua respectiva dignidade.

Diante desse cenário, acontece gradativamente a implantação de uma política educacional que redefine o papel da escola, concebendo-a como instituição democrática, inclusiva, com a responsabilidade de promover a permanência e o sucesso de toda sua população estudantil. Para isso, propõe novas ações que contribuem para a inclusão social, possibilitando sua plena formação como cidadãos.

Assim, a Ampliação da Jornada Escolar, representa um passo significativo para essa Instituição de Ensino, na consolidação dos princípios que sustentam sua política educacional, em direção à formação integral dos seus estudantes.

RECURSOS FÍSICOS

A educação integral em período integral exige mais espaço físico para sua aplicação do que o ensino regular. Por isso, o planejamento para a implantação gradativa do ensino integral deverá utilizar de todos os espaços físicos disponíveis na própria instituição de ensino;

A Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com as instituições de ensino de Ivaté, elaborou um planejamento que possibilitou atender 25% dos alunos na Educação em Tempo Integral. No entanto, para melhorar e expandir o atendimento, será necessário ampliar e construir mais salas de aula. Esse processo ocorrerá de forma gradual, conforme a demanda exigida.

RECURSOS MATERIAIS

Da mesma forma, compete à Secretaria Municipal de Educação colocar à disposição da instituição todo o material pedagógico necessário para a execução, tanto das disciplinas regulares, quanto, e principalmente, do material pedagógico para as disciplinas da parte diversificada, como as atividades e oficinas de esporte e cultura.

RECURSOS HUMANOS

O corpo docente para atuação nas instituições de ensino que implantarem a educação em tempo integral deve ter a habilitação para o magistério nos termos do que dispõe o plano de carreira municipal, podendo ser a habilitação em nível médio, na modalidade Normal ou equivalente, ou a habilitação em nível superior. Excepcionalmente, para atividades ou oficinas da parte diversificada, em especial, de esporte ou cultura, o trabalho poderá ser executado diretamente por profissional com conhecimento técnico, e com habilitação para o magistério.

A atuação na Educação Integral em Tempo Integral, compreende um trabalho educacional diferenciado, pois seu objetivo, como o próprio nome indica e se constitui numa filosofia educacional muito mais abrangente, necessita de atividades diversificadas específicas.

A Secretaria Municipal de Educação deverá organizar cursos periódicos específicos de capacitação para todos os profissionais do magistério.

RECURSOS DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

Compete à Secretaria Municipal de Educação, por meio da mantenedora, fornecer à Instituição de Ensino da rede municipal de Ivaté todo o material pedagógico necessário para a execução das disciplinas regulares e, principalmente, das disciplinas da parte diversificada. Além disso, é responsabilidade da Secretaria adequar os espaços físicos, providenciar professores e demais funcionários, oferecer merenda escolar e garantir transporte escolar quando necessário, conforme disposto na Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais para a distribuição, repasse, execução e prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

A Secretaria de Educação Básica/MEC calculará os valores, conforme previsto na Portaria nº 1.495, de 2023, e considerando o Termo de Pactuação do Programa, os valores referidos no caput e repassados a cada Entidade Executora, em cada uma das parcelas, e encaminhará ao FNDE a relação de entes aptos ao recebimento dos recursos solicitando empenho e pagamento.

O apoio financeiro será transferido no sistema do MEC e o início do recebimento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, conforme o art. 4º da Lei nº 14.640, de 2023.

Cada repasse será composto de recursos para despesas decorrentes e para despesas de capital, segundo proporção indicada no momento da pactuação, observando-se a disponibilidade orçamentária.

PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Diante dos direitos de aprendizagem dispostos na Base Nacional Comum Curricular/ Referencial Curricular do Paraná, fica explícito que todos os estudantes devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem. Desta forma, se faz necessária uma atenção especial na reflexão e viabilização de práticas pedagógicas que integrem os envolvidos no processo, tendo como elemento indutor uma política

que amplie a jornada escolar com atividades complementares no turno regular mais contraturno dos anos iniciais do ensino fundamental. Esse esforço de ampliação das oportunidades visa potencializar o sucesso do estudante e possibilitar efetivamente o seu desenvolvimento integral.

O Programa Escola em Tempo Integral implementado nessa Instituição de Ensino acontece mediante a parceria com o Governo Federal, Estadual e Municipal, baseando-se no pressuposto de que o desenvolvimento da pessoa ocorre como um todo, ou seja, envolvendo os aspectos físicos, cognitivos, socioemocionais e culturais. Desse modo, essa escola planeja promover a formação de sujeitos autônomos, solidários, competentes nas dimensões pessoal e social. Para alcançar tais objetivos, o programa proporciona a articulação entre os componentes da Base Nacional Comum Curricular e a realidade local.

Portanto, nessa Instituição de Ensino a oferta da Educação Integral com Ampliação de Jornada Escolar será feita mediante o desenvolvimento de atividades, cuja proposta encontra-se articulada às competências e habilidades trabalhadas pelos Componentes Curriculares do ensino regular, que respaldam-se no Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, a partir de Macrocampos e suas respectivas atividades, pensando também na realidade e necessidades da comunidade da qual a escola faz parte, sempre em conformidade com as legislações vigentes.

AValiação

Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Lei Nº 9394/96, em seu artigo 24, Inciso V, Alínea a diz que: “a verificação do rendimento escolar deverá obedecer aos seguintes critérios: - avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Avaliar, no processo ensino-aprendizagem, no nosso entendimento, consiste em emitir um juízo de valor a respeito do nível de conhecimento, alcançadas pelo aluno, em comparação com os objetivos e metas propostos para determinada unidade didática. Assim, a avaliação deve nortear o trabalho escolar como um todo, devendo

a mesma seguir os princípios de ser formativa, utilizando para isso a observação diária e instrumentos variados, selecionados de acordo com o conteúdo ou objetivo.

Avaliar na escola implica coleta de dados e a reflexão da prática pedagógica sobre o ensino e aprendizagem que envolve alunos e professores.

É sabido que a finalidade da educação escolar é garantir a formação integral do sujeito pela mediação do conhecimento-compromisso com a aprendizagem por parte de todos os alunos. Dessa forma corroborando com a formação do cidadão, por meio da apropriação do conhecimento científico e ajudando a compreender o mundo em que ele vive, e nele intervir. Para Luckesi

[...] avaliação é um instrumento que auxilia o professor verificar os resultados que estão sendo obtidos, assim como fundamentar as decisões que devem ser tomadas para que os resultados sejam construídos. Quando isso não acontece, ou seja, quando a avaliação é executada fora do processo de ensino e com objetivo exclusivamente de atribuição de notas e conceitos, pode-se dizer que os alunos inseridos neste contexto muito provavelmente podem acabar fracassados no âmbito escolar. Se a avaliação não for diagnóstica ela não terá como objetivo a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno e nem o auxiliando em seu crescimento. LUCKESI (2005, p.8).

Assim sendo a avaliação é um processo de ação-reflexão-ação que visa orientar a prática do professor em observar se os alunos participam das atividades orais, mediando a troca de conhecimentos prévios relacionados aos temas trabalhados, servindo de instrumento para verificação da aprendizagem.

Entendemos também que o aluno precisa ser envolvido no processo de avaliação, uma vez que também é construtor do conhecimento. Devemos considerar as diferentes naturezas da avaliação (diagnóstica, contínua, cumulativa e processual), que se articula com os objetivos específicos e conteúdos nas escolas, respeitando as diferenças individuais e escolares.

A avaliação é um processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um dia “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA

O registro do processo de construção do conhecimento de cada estudante considera seu estágio de desenvolvimento, suas relações com o grupo onde se encontra, entendendo a construção do conhecimento enquanto síntese individual e coletiva, provisória. Neste sentido, é registrada em Pareceres Descritivos semestral os quais são elaborados pelo coletivo de professores que tem interface com o estudante.

O Parecer Descritivo detalha “descritivamente”, os aspectos avaliativos em que o estudante obteve êxito, bem como aqueles cuja construção da aprendizagem se encontra em processo:

- Relatam os avanços dos estudantes, apontam suas dificuldades e a necessidade de reorientação do planejamento e metodologia para o sucesso escolar. Estes documentos são elaborados pelo coletivo de professores e demais profissionais que interagem com os estudantes, alcançados aos pais e estudantes, pela escola, em espaços que propiciem o diálogo e troca de informações entre os professores, a família e o estudante. Este(s) momento(s) ocorre(m), dentre outras possibilidades, durante o ano letivo, no Conselho de Classe Participativo;

- O Parecer Descritivo associa-se à forma de expressão de resultados adotada pela escola, enriquecendo o processo avaliativo ao discriminar e conjugar diferentes aspectos do desenvolvimento do estudante, possibilitando as intervenções necessárias para que este possa avançar na construção de seus conhecimentos. Deve incorporar as avaliações das Atividades Curriculares Obrigatórias e Eletivas nas áreas do conhecimento;

- O Parecer Descritivo é semestral o qual indicará de forma global os diferentes elementos do percurso escolar do estudante, detalhando seus avanços e dificuldades a serem trabalhadas na sua construção do conhecimento;

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A implementação do Programa Escola em Tempo Integral constitui um salto de qualidade da educação dos estudantes, pois a ampliação da jornada escolar é uma estratégia fundamental para viabilizar metodologias que deverão elevar os

indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões. Como consequência, o tempo de dedicação dos profissionais segue como importante fator para que, nesse maior tempo para o ensino, os docentes e demais profissionais possam atender plenamente os alunos nas suas diferentes expectativas e dificuldades na medida em que, com melhores condições de trabalho se amplia a presença educativa dos docentes e o desenvolvimento do conhecimento e habilidades dos alunos. E, em decorrência desse maior tempo de dedicação ao ensino, a equipe escolar pode ampliar as melhores condições para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas.

Portanto, diante da necessidade de consolidar uma educação básica de qualidade é necessário enfrentar os desafios, entre eles a Ampliação da Jornada Escolar dos alunos que têm sido um objetivo perseguido por educadores e diversos sistemas de educação no mundo.

Destaca-se que as ofertas das Atividades de Ampliação de Jornada Escolar nessa escola estão de acordo com as legislações vigentes e em consonância com os Componentes Curriculares que compõem a Base Nacional Comum Curricular, pensando também na realidade e necessidades da comunidade da qual a escola faz parte.

Assim, nessa Instituição de Ensino as atividades de Ampliação de Jornada Escolar possibilitarão aos estudantes permanecerem na escola 35 (trinta e cinco) horas semanais em 2 (dois) turnos, sem sobreposição entre os turnos, durante o período letivo, sendo 20 horas no turno regular e no mínimo 15 horas em contraturno.

O funcionamento ocorre das 7:45 as 12:00 e das 13:00 as 17:00. O intervalo acontece de forma gradativa de 4 a 5 turmas por vez com duração de 15 minutos cada. Na jornada Ampliada os horários mudam um pouco, 3 dias o horário é das 7:45 as 17:00, com mais um intervalo de almoço das 11:45 as 12:00 e nos outros 2 dias das 7:45 as 11:45. A hora do intervalo nas instituições de ensino são programadas para ser realizadas em 15 minutos e durante este período o recreio é dirigido, onde professoras estagiárias interagem com as crianças por meio de jogos pedagógicos como: amarelinha, elástico, corda, bambolê, entre outros recursos disponíveis na escola.

Dessa forma, será realizado um cronograma semanal das atividades de Ampliação de Jornada Escolar em contraturno, contemplando a carga horária prevista

pelas legislações vigentes que deliberam sobre a Ampliação de Jornada Escolar. Cabe salientar que o horário de almoço será contabilizado na carga horária, e será acompanhado pelos profissionais da escola, professor da hora atividade, pedagogo e neste período será trabalhado a alimentação saudável valor calórico e nutricional. Desenvolver hábitos alimentares saudáveis é fundamental para manter uma boa saúde a longo prazo. Aqui estão algumas diretrizes gerais para cultivar hábitos alimentares saudáveis:

- a) alimentos variados;
- b) Priorizar alimentos integrais. Alimentos integrais são ricos em fibras e nutrientes;
- c) Consumir muitas frutas e vegetais;
- d) Controlar as porções;
- e) Reduzir o consumo de alimentos processados e fast food;
- f) Limitar o consumo de açúcares adicionados;
- g) Mastigar devagar e desfrutar da refeição;
- h) Aprender a ler rótulos de alimentos;
- i) Manter-se hidratado: Beber água regularmente ao longo do dia
- j) Lembre-se de que a construção de hábitos alimentares saudáveis é um processo contínuo. É importante encontrar uma abordagem equilibrada e sustentável que funcione para você a longo prazo;
- k) O almoço na escola não é apenas uma refeição, mas também uma oportunidade de educar os alunos sobre hábitos alimentares saudáveis e promover um ambiente socialmente positivo.

Nessa direção, as Atividades de Ampliação de Jornada Escolar – contraturno nessa escola, são definidas a partir dos macrocampos e suas respectivas Atividades, considerando os seguintes critérios:

- a) Duas matrículas no Sistema de Registro Escolar (SERE): uma para o Turno Regular - turno de escolarização; e outra para Ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares Complementares – contraturno;
- b) Frequência obrigatória nas atividades de Ampliação de Jornada Escolar;
- c) Matriz Curricular com os componentes curriculares da Base Nacional Comum e Parte Diversificada do Turno Regular (escolarização);
- d) Carga horária superior a 4 (quatro) horas diárias, totalizando 35 horas semanais;

- e) Ciclos e/ou seriado;
- f) PPP/PPC com a explicitação da oferta do Turno de escolarização e das Atividades de Ampliação de Jornada Escolar;
- g) O processo de avaliação dos estudantes nas Atividades de Ampliação de Jornada Escolar poderá ser organizado por meio de parecer descritivo feito de forma semestral o qual indicará de forma global os diferentes elementos do percurso escolar do estudante, detalhando seus avanços e dificuldades a serem trabalhadas na sua construção do conhecimento.
- h) Registro obrigatório do desenvolvimento do estudante no SERE, de acordo com a Proposta Pedagógica das Atividades de Ampliação de Jornada Escolar - parecer descritivo;
- i) Livro Registro de Classe para todas as Atividades de Ampliação de Jornada Escolar.

Definir horários para as atividades complementares e alocar recursos adequados, como instalações, materiais e pessoal, é fundamental para a implementação bem-sucedida;

Informar os pais e estudantes sobre as atividades complementares disponíveis, seus objetivos e benefícios é importante. Isso pode ser feito por meio de reuniões, comunicados e orientações;

Durante o processo, é importante acompanhar o progresso dos estudantes nas atividades complementares e avaliar seu desempenho. Isso pode incluir avaliações formais e informais;

Se os estudantes apresentarem dificuldades específicas em determinadas áreas, a escola deve fazer encaminhamentos para apoio adicional, como tutoria, aconselhamento ou serviços de saúde;

A escola deve monitorar regularmente os avanços observados nos estudantes que participam das atividades complementares. Isso pode incluir melhorias acadêmicas, desenvolvimento de habilidades, aumento da motivação e envolvimento em atividades extracurriculares;

É importante reconhecer que podem surgir desafios durante a implementação das atividades complementares. Alguns desafios comuns podem incluir falta de recursos, dificuldades de horário, baixa participação dos estudantes ou desafios de gestão. Quando as dificuldades são identificadas, a escola deve tomar medidas para

superá-las. Isso pode envolver o ajuste de horários, a busca de recursos adicionais ou a revisão das estratégias de ensino.

Além de avaliar o impacto imediato das atividades complementares, a escola deve considerar o impacto a longo prazo no desempenho acadêmico e no desenvolvimento pessoal dos estudantes. A escola pode compartilhar os resultados e avanços observados com os pais, a comunidade escolar e os órgãos de gestão educacional, demonstrando o impacto positivo das atividades complementares.

Em resumo, as atividades complementares curriculares de ampliação de jornada são uma parte vital do processo educacional que visa enriquecer a experiência de aprendizado dos estudantes. O acompanhamento regular, a avaliação de resultados e a resolução proativa de desafios são componentes essenciais para garantir que essas atividades sejam eficazes e benéficas para o processo de ensino e aprendizagem.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - ATIVIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR

Para a implementação das Atividades de Ampliação de Jornada Escolar, em 2024 serão ofertadas oficinas curriculares da ETI. Mais especificamente, é preciso fazer menção à Instrução Normativa nº 007/2021, que norteou a implantação da oferta da Educação em Tempo Integral em Atividades de Ampliação de Jornada Escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Dentro desta organização curricular, a Ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares Complementares objetiva ampliar o tempo e diversificar os espaços e as oportunidades de aprendizagem, visando a melhoria da aprendizagem do estudante e da convivência familiar.

Apresentamos as oficinas curriculares da ETI, dispostas em quadros organizadores, com atividades de Ampliação de Jornada Escolar – contraturno, definidas a partir de macrocampos, contemplando os conteúdos e objetivos para a elaboração das atividades conforme o macrocampo sempre buscado ao contido na BNCC e no Referencial Curricular do Paraná, no componente ou componentes mais próximos.

É essencial planejar cuidadosamente como essas horas serão estruturadas. Considere o tempo dedicado a diferentes atividades, como aulas, projetos, atividades práticas, intervalos e refeições, dependendo das necessidades dos alunos. Os Macrocampos/componentes Curriculares que serão contemplados:

- a) Esporte e Lazer/Outra Categoria de Esporte e Lazer;
- b) Cultura, Arte e Educação Patrimonial/ Outra categoria da Cultura, Artes e Educação;
- c) Acompanhamento Pedagógico/ Português;
- d) Acompanhamento Pedagógico/Matemática;
- e) Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnologia/ Tecnologias Educacionais;
- f) Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Econômica Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal/ Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável).

INTERSETORIALIDADE E ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO

A política será implementada com base nos princípios da intersectorialidade e da articulação com o território, visando a integração de ações e serviços voltados para o desenvolvimento integral dos educandos.

A intersectorialidade será promovida por meio da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local, com vistas a fortalecer as ações de apoio à Educação em Tempo Integral.

A articulação com o território compreenderá a integração da escola com a comunidade local, considerando suas características socioeconômicas, culturais e ambientais, bem como os equipamentos e recursos disponíveis no entorno, de forma a potencializar as experiências de aprendizagem, promover a inclusão social e a participação ativa dos estudantes e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, em uma perspectiva de progressiva autonomia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- Deliberação n.º 02/2018 – CP/CEE/PR, Dispões sobre as Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Instrução Normativa Conjunta n.º 05/2019, que dispõe sobre a Organização Escolar, Conselho Escolar, Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e período letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Instrução Normativa Conjunta n.º 07/2021 – SEED/DPGE/DLE, que dispõe sobre a Implantação e/ou regulamentação da oferta da Educação em Tempo Integral em Turno Único e Atividades de Ampliação de Jornada Escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Instrução Normativa Conjunta n.º 013/2023 - Deduc/DPGE/Seed - Dispõe sobre a implantação e/ou regulamentação da oferta das Atividades de Ampliação de Jornada Escolar na Educação Infantil nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Deliberação nº03/2023 – CEE/PR – Estabelece as normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- <https://www.arvore.com.br/blog/educacao-integral>

CHECK-LIST

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IVATÉ

Elementos que devem compor a POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.

ELEMENTOS	CONTEMPLA	PÁGINA(S)
I. Diretrizes da Educação Integral em Tempo Integral;	SIM	1
II. Definição de estrutura e equipe técnica da secretaria responsável pela Política;	SIM	14
III. Organização dos tempos/jornada escolar;	SIM	21
IV. Definição dos espaços e de suas melhorias;	SIM	17
V. Definição dos profissionais da educação e sua jornada;	SIM	17
VI. Definição das fontes de financiamento da Política;	SIM	18
VII. Diretrizes para a matriz curricular;	SIM	25
VIII. Diretrizes para a intersetorialidade e a articulação com o território;	SIM	26
IX. Estratégia de monitoramento e avaliação.	SIM	19

Políticas e ações pedagógicas

leis@ilustrado.com.br

Estado do Paraná

POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

1 – INTRODUÇÃO
Escola em Tempo Integral tem como base a concepção de educação como um direito fundamental, visando a formação integral do aluno. O sujeito é visto como um ser humano cujas necessidades vão além do mero aprendizado acadêmico. A formação integral considera o desenvolvimento cognitivo, emocional, social, físico e cultural do aluno. O foco está em proporcionar experiências educativas diversificadas que contribuam para a formação de um cidadão crítico, participativo e comprometido com a sociedade.

A concepção de educação integral nas escolas que adotam esse programa reconhece o aluno como um ser completo. Atividades extracurriculares, como esportes, artes, música, e projetos sociais, são incorporadas ao currículo para promover um desenvolvimento holístico. O objetivo em tempo integral é otimizar as horas disponíveis, ampliando o tempo que os alunos passam na escola. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação em tempo integral visa à formação e ao desenvolvimento global dos estudantes durante a Educação Básica.

O plano e planejamento da rotina, a organização para o estudo e a concentração de todas as atividades em um só local, a criança pode participar de diversas experiências enriquecedoras com praticidade e segurança.

Além disso, o aluno que tem a oportunidade de estudar nesse projeto pedagógico pode usufruir de um período maior no ambiente escolar e, conseqüentemente, receber um auxílio pedagógico específico, sanar dúvidas disciplinares e trabalhar suas dificuldades acadêmicas na própria escola. Como consequência, há uma tendência de melhoria do rendimento em sala de aula, além do desenvolvimento da autonomia e do autoconhecimento.

Diretrizes da Educação Integral em Tempo Integral
O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), em sua meta 06, estabelece a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas até o ano de 2025, para todos os estudantes da Educação Básica. Segui abaixo alguns marcos legais do ETI – Educação em Tempo Integral:

- Lei nº 14.604/2023, de 31 de julho de 2023, a qual marca sua instituição e determina sua coordenação pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC.

- Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, a qual define as diretrizes para a ampliação e a implementação do ETI em tempo integral na perspectiva da Educação Integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do programa.

- Deliberação nº03/2023 – CEE/PR – Estabelece as normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

O ETI tem a finalidade de fomentar a criação de matrículas em tempo integral, na perspectiva da Educação Integral, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, com pilares da equidade no acesso, na permanência e na trajetória escolar. No âmbito legal, os pilares da proposta de Educação em Tempo Integral estão sustentados na visão de ser humano e de sociedade que emana do artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394 de 1996) e dos artigos 3º e 205 da Constituição Federal. A perspectiva de Educação Integral pressupõe uma concepção de Educação da própria natureza humana e, portanto, não é restritiva à questão do cognitivo, mas está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das demais potencialidades humanas, ou seja, considera a pessoa em sua multidimensionalidade – cognitiva, física, social, emocional, cultural e política – a partir da integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e diversificação das experiências e interações sociais. Essa concepção de educação integral pressupõe a integração da escola com o território, visando ao reconhecimento, à valorização e à mobilização dos diferentes saberes e das práticas socioculturais vivenciadas no seu entorno. Para que a perspectiva da Educação Integral seja contemplada, o ETI convoca as redes para a extensão da jornada escolar com tempo igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais.

A secretária Municipal de Educação será responsável por orientar e dar suporte na implantação da Escola em tempo integral.

CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
As Características e Expectativas da População a ser Atendida a Comunidade na qual se Insere Os últimos tempos devido as grandes revoluções da tecnologia, a informatização, a crise econômica do capitalismo, as mudanças na política, na economia, a globalização, o mundo, tornou-se mais complexo e dinâmico, e portanto, sofrem várias transformações. Todos os indivíduos estão sujeitos a essa série de mudanças, o mesmo ocorre com a educação brasileira.

O Estado do Paraná através da SEED e NRE tem trabalhado diretamente com as escolas, bem como objetivos de apoiar, colaborar e elaborar planos de trabalho que venham ao encontro das necessidades da escola rumo a uma educação de qualidade. Nos últimos anos, o Paraná avança muito em relação à organização e valorização do currículo das escolas, através de discussões oriundas de Encontros, da produção de materiais didáticos através do Programa de Desenvolvimento de Materiais Didáticos, do Grupo de Trabalho em Rede, Grupos de Estudos, Jornada Pedagógica – envolvendo professores pedagogos e gestores.

O Estado passa a investir mais na capacitação dos docentes. Isto, junto com ampliação do quadro de professores efetivos através de concursos públicos, promoveu na escola um processo de práticas coletivas e de trabalho em equipe. Esse trabalho em equipe, fazendo cursos de discussão e análise da prática educacional desenvolvida nas mesmas. Esta prática educacional aponta como base a concepção histórico-crítica para direcionar o trabalho pedagógico.

Analisando e avaliando os anseios de alguns pais, pode-se observar que eles também almejam um ensino de qualidade para os filhos. Muitos pensam que através da escola seu filho vai desenvolver o saber e tornar um cidadão mais crítico.

Entendem que a educação é uma condição essencial para mudar sua realidade. A educação é um dos meios mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, partindo desse pressuposto, a educação é determinante para a realidade dos nossos alunos, os professores da nossa escola têm como objetivo ser mediadora, facilitadora e articuladora do conhecimento, provocando no aluno a aprender a partir de seus próprios questionamentos avançar no ensino-aprendizagem. Devido isso, a escola tem avançado a cada ano no ensino aprendizagem oferecendo um ensino de qualidade, com o intuito de melhorar os resultados dos registros, podemos observar que a escola vem obtendo avanços expressivos, quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, embora estejamos longe de uma escola de ensino de qualidade e equidade, das metas estabelecidas. Sendo assim a equipe gestora, e professores vão a cada dia mais se comprometendo com o trabalho em equipe, fazendo cursos de aperfeiçoamento, promovendo estratégias na organização do trabalho pedagógico a fim de reorientar e melhorar as práticas pedagógicas em sala de aula, com objetivo de atingir os patamares mais elevados e metas estabelecidas na escala do IDEB.

A importância da educação em tempo integral nas instituições educacionais devem se articular criando mecanismos de integração da sociedade com a instituição.

Conhecer as famílias e os diferentes segmentos da comunidade da qual a instituição faz parte permite antever e planejar que relações são importantes e como desenvolver formas de integração com a comunidade. Esse conhecimento das famílias e da comunidade também influencia nas decisões e na organização dos diferentes modos de compartilhamento dos espaços e das ações conjuntas.

Em relação à aprendizagem, devido um trabalho realizado do Programa Mobilização para a Inclusão Escolar – valorização da vida que institui o Programa de Evolução Escolar, diminuiu significativamente a evasão e as faltas na escola, levando assim o educando obter maior rendimento à sua aprendizagem.

Uma particularidade de nossos alunos possui baixa escolaridade, mas são pais que se preocupam com o ensino-aprendizagem dos filhos, assim sendo os mesmos são comunicados e convocados para reuniões à acompanharem o rendimento escolar de seus filhos durante o ano todo.

Nessas visitas a escola passa para os pais orientações quanto ao melhoramento das aulas, a importância de sua participação e apoio à escola, incentivos aos pais a elogiar as boas ações dos filhos.

A escola também promove a participação dos pais com gincanas: dia dos pais, dia das mães, dia das crianças.

Assim, a vida na escola deve funcionar com base na relação pais-educadores-crianças. O bom relacionamento entre esses três personagens é fundamental durante o processo de inserção da criança na vida escolar, além de representar a ação conjunta rumo à consolidação de uma pedagogia voltada para a família.

Separar o que é dever dos pais e o que é dever do professor pode significar a perda de momentos riquíssimos na formação dessa criança que, em alguns casos, poderão jamais ser vivenciados novamente e causar danos em sua vida para sempre.

ÍNDICE DE DESEMPENHO DO ALUNO EM TEMPO INTEGRAL MUNICIPAL
As Escolas Municipais desempenham um papel crucial na comunidade, especialmente considerando a diversidade de contextos socioeconômicos, educacionais e culturais presentes entre os habitantes. Nesse ambiente, a escola tem o desafio e a responsabilidade de promover não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento social e pessoal dos alunos, preparando-os para uma participação ativa e consciente na sociedade.

Com uma comunidade que abrange desde analfabetos até pessoas com ensino superior, a escola enfrenta a missão de proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de seu contexto familiar e social. Isso requer a adaptação dos conteúdos curriculares, mas também a promoção da valorização da diversidade, incentivando o respeito mútuo e a compreensão das diferentes realidades presentes na comunidade escolar.

A situação socioeconômica das famílias, com renda variando de 1 a 2 salários mínimos e a presença significativa de programas sociais como o Bolsa Família, evidenciam a importância de uma abordagem sensível às necessidades básicas dos alunos e suas famílias. A escola pode desempenhar um papel de apoio ao desenvolvimento integral dos estudantes, oferecendo não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também orientação e suporte para questões sociais, emocionais e familiares.

Embora a participação dos pais na vida escolar dos alunos ainda possa ser aprimorada, é compreensível que muitos estejam ocupados com o trabalho e outras responsabilidades. Nesse sentido, é importante que a escola adote estratégias para envolver as famílias de maneira mais efetiva, valorizando sua contribuição e buscando parcerias que fortaleçam a relação escola-comunidade.

Para reconhecer e atender às particularidades e desafios da comunidade local, a Escola pode cumprir seu papel de forma mais eficaz, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

O Índice Iparde de Desempenho Municipal – IPDM, procura avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber:

- a) emprego, renda e poder agropecuário;
- b) educação;
- c) saúde. Na construção do índice da dimensão Saúde são usadas as variáveis: número de consultas pré-natais; taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis; taxa de mortalidade neonatal. Na educação, as seguintes variáveis: taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono escolar (1ª a 4ª série / 1ª a 5ª ano; 5ª a 8ª série / 6ª a 9ª ano e ensino médio); taxa de distorção idade-série (1ª a 4ª série / 1ª a 5ª ano; 5ª a 8ª série / 6ª a 9ª ano e ensino médio); percentual de docentes com pós-graduação em nível superior; taxa de rendimento médio em ensino médio; resultado do IDEB (1ª a 4ª série / 1ª a 5ª ano e 5ª a 8ª série / 6ª a 9ª ano). E na dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária as variáveis relacionadas ao salário médio, ao emprego formal e à renda da agropecuária.

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Municipal.
Histórico Demográfico Apresenta a evolução do número de habitantes de uma localidade, considerando os dados do último Censo e estimativas anuais realizadas pelo IBGE.

Gráfico 3. Histórico Demográfico
Grau de Urbanização indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida pelas administrações municipais. Fonte: IBGE via IPARDE (IBE)

Gráfico 4. Grau de Urbanização
A Prova Paraná é um instrumento de avaliação diagnóstica elaborado com o objetivo de identificar as dificuldades apresentadas, bem como, as habilidades já apropriadas pelos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem. Em 2023, foram realizadas duas edições as quais foram avaliados os conhecimentos referentes as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A SEED disponibiliza para a Secretaria Municipal de Ivatê, assim como para as demais secretarias os instrumentos de avaliação impressos e também um aplicativo de celular para correção dessas provas.

Para que ocorra um bom desempenho de seus educandos a Escola Municipal Hercúlandia – Ensino Fundamental, através da unidade e comprometimento da direção, equipe pedagógica, professores e agentes educacionais, a Escola realiza um trabalho com simulados que são disponibilizados aos professores para serem trabalhados antes da realização de cada edição da prova, a fim de contribuir para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, a prática do professor e consequentemente os resultados das avaliações realizadas.

A Escola seguiu o cronograma de aplicação de cada Edição da Prova Paraná e todas as orientações disponibilizadas em documentos como critérios, normas, data e horários estabelecidos e descritos em documento para segurança e melhor desempenho de seus educandos sendo esta uma ferramenta para que o professor, equipe gestora da escola, Secretaria Municipal de Educação e sua equipe elaborem a partir de evidências, ações de melhoria da aprendizagem. Quadro de Resultado das Edições da Prova Paraná de 2023 da Escola Municipal professor Walter Bergman:

Índice De Aprovação Escolar
Para aferir a qualidade de cada Instituição Educativa e Redes de Ensino, o Ministério da Educação – MEC, criou em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Este indicador, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais – INEP, busca representar a qualidade da educação a partir da observação de dois aspectos: o fluxo (progresso ao longo dos anos) e o desenvolvimento dos alunos (aprendizado). O município tem avançado, consideravelmente, tanto nas metas projetadas como no IDEB observado, conforme tabela abaixo.

Resultado do IDEB – OBSERVADO

NÍVEL	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,7	6,4	6,4	5,9	6,3	5,9	6,6

Resultado do IDEB – METAS PROJETADAS

NÍVEL	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,0	4,2	4,5	4,5	4,8	5,1	5,4

O bom desempenho obtido no resultado do IDEB demonstra o comprometimento com o Projeto Político Pedagógico – PPP da Secretaria Municipal de Educação.

Prova Paraná
A Prova Paraná é um instrumento de avaliação diagnóstica elaborado com o objetivo de identificar as dificuldades apresentadas, bem como, as habilidades já apropriadas pelos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem. Em 2023, foram realizadas duas edições as quais foram avaliados os conhecimentos referentes as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A SEED disponibiliza para a Secretaria Municipal de Ivatê, assim como para as demais secretarias os instrumentos de avaliação impressos e também um aplicativo de celular para correção dessas provas.

Para que ocorra um bom desempenho de seus educandos a Escola Municipal Hercúlandia – Ensino Fundamental, através da unidade e comprometimento da direção, equipe pedagógica, professores e agentes educacionais, a Escola realiza um trabalho com simulados que são disponibilizados aos professores para serem trabalhados antes da realização de cada edição da prova, a fim de contribuir para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, a prática do professor e consequentemente os resultados das avaliações realizadas.

A Escola seguiu o cronograma de aplicação de cada Edição da Prova Paraná e todas as orientações disponibilizadas em documentos como critérios, normas, data e horários estabelecidos e descritos em documento para segurança e melhor desempenho de seus educandos sendo esta uma ferramenta para que o professor, equipe gestora da escola, Secretaria Municipal de Educação e sua equipe elaborem a partir de evidências, ações de melhoria da aprendizagem. Quadro de Resultado das Edições da Prova Paraná de 2023 da Escola Municipal Hercúlandia:

Índice De Aprovação Escolar
Para aferir a qualidade de cada Instituição Educativa e Redes de Ensino, o Ministério da Educação – MEC, criou em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Este indicador, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais – INEP, busca representar a qualidade da educação a partir da observação de dois aspectos: o fluxo (progresso ao longo dos anos) e o desenvolvimento dos alunos (aprendizado). O município tem avançado, consideravelmente, tanto nas metas projetadas como no IDEB observado, conforme tabela abaixo.

NÍVEL	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,7	6,4	6,4	5,9	6,3	5,9	6,6

Resultado do IDEB – METAS PROJETADAS

NÍVEL	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,0	4,2	4,5	4,5	4,8	5,1	5,4

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÊ

História 50,00%

Prova de Fluência

A prova de fluência para o 2º ano do Ensino Fundamental – anos iniciais, é uma avaliação que tem como objetivo verificar a capacidade dos alunos em ler textos com fluência, compreensão e entonação adequadas para a sua faixa etária. Geralmente, as provas de fluência envolvem a leitura de palavras isoladas, frases e pequenos textos.

Aqui estão alguns exemplos de tipos de atividades que podem ser incluídos em uma prova de fluência para o 2º ano:

- Leitura de palavras isoladas: Peça ao aluno para ler uma lista de palavras em voz alta. Isso pode incluir palavras com diferentes níveis de complexidade, desde palavras simples até palavras um pouco mais desafiadoras.
- Leitura de frases curtas: Peça ao aluno para ler frases curtas e peça que ele leia em voz alta. Certifique-se de que as frases sejam apropriadas para o nível de leitura do 2º ano.
- Leitura de um pequeno texto: Forneça um texto curto e apropriado para a idade do aluno e peça que ele o leia em voz alta. Após a leitura, você pode fazer algumas perguntas para verificar a compreensão.
- Leitura com entonação: Avalie a capacidade do aluno de ler com entonação apropriada, ou seja, de dar ênfase a palavras-chave e usar a pontuação para guiar a leitura de forma fluente. É importante que a prova de fluência seja projetada para ser uma atividade de baixa pressão, de modo que o aluno se sinta à vontade para demonstrar suas habilidades de leitura. Além disso, o objetivo principal é avaliar o progresso do aluno e identificar áreas que possam precisar de aprimoramento. É sempre útil fornecer feedback construtivo após a avaliação para ajudar o aluno a melhorar suas habilidades de leitura.

EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL
Jean Piaget (2006) que afirma que educar é adaptar o indivíduo ao meio social ambiente (p.154). Logo, a escola moderna deve ser capaz de conciliar e utilizar, tanto as tendências próprias que a fundamentam quanto a atividade espontânea que é inerente ao desenvolvimento mental para auxiliar as crianças a desenvolverem seu potencial, sem que se crie, com isso, um sistema de exclusão ou de seleção.

Para Piaget, a escola ativa deve fazer com que os infantes se interessem e queiram tudo o que fazem, ou seja, desde a infância para a ação e não a acomodação. Neste sentido, a escola deve assumir valores, que estimulem a autonomia dos alunos; os orientem para o respeito si mesmo e aos demais; para a solidariedade e para o compromisso com os mais frágeis. Além disso, que os prepare para respeitar a natureza; ser sensíveis ao multiculturalismo e fazer com que estejam ao seu alcance para trabalhar pela paz e pela igualdade entre os povos e as pessoas.

A escola deve modificar-se para oferecer aos alunos as ferramentas necessárias para que estes tenham um desenvolvimento humano, sendo capazes de atuar positivamente na sociedade em geral.

A Escola deve oferecer situações escolares que favoreçam a formação de esquemas de ações e de interações relativamente estáveis e que, por um lado, possam ser transpostas para outras situações comparáveis, fora da escola ou após a escolaridade.

Uma educação pedagógica que se constrói quando a escola assume que os conteúdos disciplinares devem fazer, antes de tudo, sentido para seus alunos. Assim, trazendo a realidade dos estudantes para a sala de aula e relacionando-a aos conteúdos disciplinares – conforme também sugere Piaget ao afirmar que a escola deve adaptar-se à criança – obter-se-á, em relação à facilidade de participação, o desenvolvimento do conhecimento progressivo de seus conhecimentos, promovendo os debates e a cooperação entre os membros do grupo, uma vez que, cada um poderá expressar seus pontos de vista a partir das experiências de vida que possuem. Mudando-se as práticas, mudar-se-á também o papel do aluno em sala de aula.

Nessa instituição de ensino cria um ambiente de acolhimento que dá segurança, confiança, e que garantam alguns aspectos, dentre estes: experimentar e utilizar os recursos de que dispõem para a satisfação de suas necessidades essenciais; familiarizar-se com a imagem do próprio corpo; interessar-se progressivamente pelo cuidado com o próprio corpo, executando ações simples relacionadas à saúde e higiene. Quanto ao conteúdo, asseguramos o conhecimento progressivo do próprio corpo e das diferentes sensações e ritmos que produz; identificação progressiva de algumas singularidades próprias e das pessoas com as quais convive no seu cotidiano em situações de interação; realização de pequenas ações cotidianas ao seu alcance para que adquira maior independência em situações cotidianas de trabalho; participação e interesse em situações que envolvam a relação com o outro, dentre outras.

O educar, significa o favorecimento de situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada, a fim de que possam contribuir para o desenvolvimento e melhor desempenho de cada criança, promovendo a construção de sua identidade, segurança e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, em diferentes contextos e situações de ensino e aprendizagem.

Portanto, aprender e ensinar são processos inseparáveis. Ensinar de forma democrática exige o compromisso para que haja a aprendizagem e o entorno do aluno. O grande desafio dos educadores é estabelecer um ambiente de acolhimento que seja capaz de proporcionar um lugar onde os seus saberes são ampliados, vários conhecimentos são agregados e eles são oportunizados a interpretação de textos, a habilidade de comunicar-se oralmente e o domínio de diversas áreas que lhe serão úteis durante sua vida, acompanhando as constantes mudanças da sociedade para a qual a escola se prepara.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS
Em 2023, a Secretaria Municipal de Educação realizou a adesão do Programa Escola em Tempo Integral, com o objetivo de cumprir a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014, que prevê a ampliação da oferta de educação integral em tempo integral em 50% das escolas públicas até o ano de 2025. Para isso, é necessário garantir o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais rapidamente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira (BRASIL, 2014).

O atendimento em tempo integral, dar-se-á em Atividades de Ampliação de Jornada Escolar, no âmbito das Diretrizes Básicas da Educação Nacional, em vigência da Base Nacional Comum Curricular, dentre outros movimento a nível municipal e nacional. Esses compromissos promoveram mudanças, inovações, propostas significativas, traduzidos na Política Educacional na esfera federal, estadual e municipal, com o objetivo de promover o acesso, a permanência e a ampliação da oferta de educação integral em tempo integral.

O contexto sócio-político exige, cada vez mais, a ampliação de oportunidades educacionais, permitindo que as urgências prementes sejam compartilhadas por todos em um mesmo espaço, que possibilite trocar experiências, confrontar conceitos e discutir temas comuns. Esse é o novo desafio da Educação Integral, criando um espaço de qualidade, onde os alunos, sujeitos do processo educativo, possam encontrar espaço efetivo para o desenvolvimento pessoal e coletivo na perspectiva democrática.

Atualmente, a questão da ampliação da escola em tempo integral está sempre em pauta, quando o assunto é melhoria do educação, pois ampliar o tempo de permanência na escola significa a criar as condições de tempo e de espaços para materializar o conceito de formação integral, desenvolvendo as potencialidades humanas em seus diferentes aspectos: cognitivos, afetivos e socioculturais. Essa ampliação possibilita a efetivação de novas atitudes, tanto no que se refere à cognição como à convivência social.

A concepção de educação integral evidencia a exigência, a pressão e a luta constante pela democratização da educação, para uma educação universal de qualidade, que considere o acesso a todos os recursos educacionais, às mais diversificadas metodologias dos processos de ensino e de aprendizagem e, finalmente, a utilização das novas tecnologias como respeito à condição humana e sua respectiva dignidade.

Diante desse cenário, acontece gradativamente a implantação de uma política educacional que respaldada a casa, Entidade Executora, em cada uma das parólicas, e encaminhará ao caput da responsabilidade de promover a permanência e o sucesso de toda sua população estudantil. Para isso, propõe novas ações que contribuam para a inclusão social, possibilitando sua plena formação como cidadãos.

A ampliação da oferta de educação integral, representa um passo significativo para essa Instituição de Ensino, na consolidação dos princípios que sustentam sua política educacional, em direção à formação integral dos seus estudantes.

RECURSOS FÍSICOS
O atendimento integral em período integral exige mais espaço físico para sua aplicação do que o ensino regular. Por isso, o planejamento para a implantação gradativa do ensino integral deverá utilizar de todos os espaços físicos disponíveis na própria instituição de ensino;

A Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com as instituições de ensino de Ivatê, elaborou um planejamento distributivo para distribuição de recursos em tempo integral. No entanto, para melhorar e expandir o atendimento, será necessário ampliar e construir mais salas de aula. Esse processo ocorrerá de forma gradual, conforme a demanda exigida.

RECURSOS MATERIAIS
De acordo com o plano de trabalho da Secretaria Municipal de Educação locanda à disposição do instituição todo o material pedagógico necessário para a execução, tanto das disciplinas regulares, quanto, e principalmente, do material pedagógico para as disciplinas da parte diversificada, como as atividades e oficinas de esporte e cultura.

RECURSOS HUMANOS
O corpo docente para atuação nas instituições de ensino que implantarem a educação em tempo integral deve ter a habilitação para o magistério no modo do que dispõe o plano de carreira municipal, podendo ser a habilitação em nível médio, na modalidade Normal ou equivalente, ou a habilitação em nível superior. Excepcionalmente, para atividades ou oficinas da parte diversificada, em especial, de esporte ou cultura, o trabalho poderá ser executado diretamente por profissional com conhecimento técnico, e com habilitação para o magistério.

A atuação na Educação Integral em Tempo Integral, compreende um trabalho educacional diferenciado, pois seu objetivo, como o próprio nome indica, é constituir numa filosofia educacional muito mais abrangente, necessita de atividades diversificadas específicas.

A Secretaria Municipal de Educação deverá organizar cursos periódicos específicos de capacitação para os professores envolvidos no processo de implantação do ensino integral em tempo integral.

COMPETE À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR MEIO DA MANTENEDORA, FORNECER À EXECUÇÃO DE ENSINO DA rede municipal de Ivatê todo o material pedagógico necessário para a execução das disciplinas regulares e publicações, das disciplinas da parte diversificada. Além disso, é responsabilidade da Secretaria adequar os espaços físicos, providenciar professores e demais funcionários, oferecer merenda escolar e garantir transporte escolar quando necessário, conforme disposto na Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais para distribuição, repasse, execução e prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

A Secretaria de Educação Básica/MEC calculará os valores, conforme previsto na Portaria nº 1.495, de 2023, e considerando o Termo de Pactuação do Programa, os valores referidos no caput da Resolução nº 12, de 2023, e no Anexo II, inciso III, item III, da Portaria nº 1.495, de 2023, em relação de estes aptos ao recebimento dos recursos solicitando empenho e pagamento.

O apoio financeiro será transferido no sistema do MEC e o início do recebimento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, conforme o art. 4º da Lei nº 14.540, de 2023.

Cada repasse será composto de recursos para despesas decorrentes e para despesas de capital, segundo proporção indicada no momento da pactuação, observando-se a disponibilidade orçamentária.

PROCESSO DE APRENDIZAGEM
Diante dos direitos de aprendizagem dispostos na Base Nacional Comum Curricular/Referencial Curricular do Paraná, fica explícito que todos os estudantes devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem. Desta forma, se faz necessária uma atenção especial na reflexão e na implementação de estratégias pedagógicas que integrem no processo, tendo como elemento indutor uma política que amplie a jornada escolar com atividades complementares no turno regular mais contraturno dos anos iniciais do ensino fundamental. Esse esforço de ampliação das oportunidades visa potencializar o sucesso do estudante e possibilitar efetivamente o seu desenvolvimento integral.

O Programa Escola em Tempo Integral implementado nessa Instituição de Ensino acontece mediante a parceria com o Governo Federal, Estadual e Municipal, baseando-se no pressuposto de que o desenvolvimento da pessoa ocorre como um todo, ou seja, envolvendo os aspectos de desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social, cultural, econômico, político, ambiental, espiritual, científico, cognitivo, socioemocional e cultural. Dessa modo, essa concepção de educação integral visa à formação de sujeitos autônomos, solidários, competentes nas dimensões pessoal e social. Para alcançar tais objetivos, o programa propõe a articulação entre os componentes da Base Nacional Comum Curricular e a realidade local.

Assim, nessa instituição de ensino, a oferta da Educação Integral com Ampliação de Jornada Escolar será feita mediante o desenvolvimento de atividades, cuja proposta encontra-se articulada às competências e habilidades trabalhadas pelos Componentes Curriculares do ensino regular, e respaldada em Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, a partir de Macrocampos e suas respectivas atividades, pensando também na realidade e necessidades da comunidade da qual a escola faz parte, sempre em conformidade com as legislações vigentes.

AVALIAÇÃO
Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Lei Nº 9394/96, em seu artigo 24, Inciso V, Alínea a diz que: “a verificação do rendimento escolar deverá obedecer aos seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Avaiar, no processo ensino-aprendizagem, no nosso entendimento, consiste em emitir um juízo de valor sobre o nível de conhecimento alcançado pelo aluno, em comparação com os objetivos e metas propostos para determinada unidade didática. Assim, a avaliação deve nortear o trabalho escolar como um todo, devendo a mesma seguir os princípios de ser formativa, utilizando para isso a observação diária e instrumentos variados, selecionados de acordo com o conteúdo de objetivos.

Avaliar na escola implica coleta de dados e a reflexão da prática pedagógica sobre o ensino e aprendizagem que envolve alunos e professores.

E sabido que a finalidade da educação escolar é garantir a formação integral do sujeito pela Educação e outros órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local, com vistas a fortalecer as ações de apoio à Educação em Tempo Integral.

A articulação com o território compreenderá a integração da escola com a comunidade local, considerando suas características socioeconômicas, culturais e ambientais, bem como os equipamentos e recursos disponíveis no entorno, de forma a potencializar as experiências de aprendizagem, promover a inclusão social e a participação ativa dos estudantes e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, em uma perspectiva de progressiva autonomia.

Entendemos também que o aluno precisa ser envolvido no processo de avaliação, uma vez que também é construtor do conhecimento. Devemos considerar as diferentes naturezas da avaliação (diagnóstica, contínua, cumulativa e processual), que se articula com os objetivos específicos e conteúdos nas escolas, respeitando as diferenças individuais e escolares.

A avaliação é um processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada etapa do processo pedagógico, sendo feita de forma contínua, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um dia “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos resultados observados e da apropriação de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

AVALIANDO DAS ATIVIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA
O registro do processo de ensino e aprendizagem de cada estudante considera seu estágio de desenvolvimento, suas relações com o grupo onde se encontra, entendendo a construção do conhecimento enquanto síntese individual e coletiva, provisória. Neste sentido, é registrada em Parâmetros Descritivos semestral os quais são elaborados pelo coletivo de professores que tem interface com o estudante.

O Parâcer Descritivo detalha “descritivamente”, os aspectos avaliados em que o estudante obteve êxito, bem como aqueles cuja construção da aprendizagem se encontra em processo:

- Retomar os avanços dos estudantes, apontar suas dificuldades e a necessidade de reorientação do planejamento e metodologia para o ensino escolar. Estes documentos são elaborados pelo coletivo de professores e demais profissionais que integram com os estudantes, alcançados aos pais e estudantes, pela escola, em espaços que propiciem o diálogo e troca de experiências entre os professores, a família e o estudante. Este(s) momento(s) ocorre(m) dentro de reuniões com o estudante.

- O Parâcer Descritivo associa-se à forma de expressão de resultados adotada pela escola, enriquecendo o processo avaliativo ao discriminar e conjugar diferentes aspectos do desenvolvimento do estudante, possibilitando as intervenções necessárias para que este possa avançar na construção do conhecimento.

- O Parâcer Descritivo associa-se à forma de expressão de resultados adotada pela escola, enriquecendo o processo avaliativo ao discriminar e conjugar diferentes aspectos do desenvolvimento do estudante, possibilitando as intervenções necessárias para que este possa avançar na construção do conhecimento.

- O Parâcer Descritivo é semestral o qual indicará de forma global os diferentes elementos do percurso escolar do estudante, detalhando seus avanços e dificuldades a serem trabalhadas na construção do conhecimento.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO
A implementação do Programa Escola em Tempo Integral